

AVALIAÇÃO DA CRIANÇA DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO PERÍODO DE AULAS REMOTAS

Cristiane Santana de Arruda¹
Lívia de Oliveira Teixeira Dias Carvalho²
Mônica de Almeida Ribas³

RESUMO: Esta pesquisa visa verificar o processo de coleta de informações que os profissionais docentes têm adotado e que servem de base para a avaliação de seus alunos de educação infantil da rede municipal em Cáceres-MT, mais precisamente na fase pré-escolar, nesse período de oferta de ensino remoto pela rede municipal de ensino desta cidade. Para a realização desta pesquisa, foi utilizado questionário encaminhado via online, por questão de segurança sanitária devido ao período pandêmico. Os autores utilizados para auxiliar-nos teoricamente foram: Freire (1996); Hoffman (1996); Castro e Filho (2018); Bakhtin (2003); Freitas (2006) e Oliveira (2020), além de revisarmos documentos oficiais que regulamentam questões voltadas para a educação infantil, como a BNCC (2017). O que se pôde perceber, por meio da pesquisa e das reflexões acerca, foi a fragilidade de possibilidades de coletas de informações que sustentassem a coesão de registros realizados pelos profissionais docentes para a construção da avaliação dos seus alunos.

Palavras-chave: Pré-escola. Avaliação. Ensino remoto.

EVALUATION OF CHILD IN CHILD EDUCATION IN THE PERIOD OF REMOTE CLASSES

ABSTRAC: This research aims to verify the information collection process that the teaching professionals have adopted and that serve as a basis for the evaluation of their Early Childhood Education students in the municipal network in Cáceres-MT, more precisely in the pre-school phase, in this period of provision of remote teaching by the municipal education network of that city. To conduct this research, a questionnaire sent via online was used, for reasons of health security due to the pandemic period. The authors used to help us theoretically were: Freire (1996); Hoffman, (1996); Castro e Filho, 2018; Bakhtin (2003); Freitas (2006) and Oliveira (2020), in addition to reviewing official documents that regulate issues related to early childhood education such as the BNCC (2017). What could be perceived through the research and reflections about it, was the fragility of possibilities of collecting information that would support the cohesion of records made by the teaching professionals for the construction of the evaluation of their students.

Keywords: Pre-school. Assessment. Remote teaching.

¹ Mestranda em Educação pelo PPGEDU/UNEMAT, Cáceres-MT. Professora da rede básica municipal de educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4625-2073>. E-mail: cristiane.arruda@unemat.br.

² Mestranda em Educação pela PUC GO. Professora da rede municipal de Barra do Garças-MT. Psicóloga e professora do Unicathedral. E-mail: livia.carvalho86.psi@gmail.com.

³ Professora da rede básica municipal de educação, Cáceres-MT, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9119-591X>. E-mail: profmonicaribas@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

A avaliação na educação infantil com crianças de 0 a 5 anos de idade tem sido objeto de estudos de vários pesquisadores nas últimas décadas, e pode ser analisada sob vários pontos de vista ou perspectivas diferentes. É também necessário destacar que as diversas realidades educativas podem interferir sobre esta prática. Sobre esses diversos contextos que podem influenciar na avaliação em si, podemos aqui destacar:

A avaliação de contexto se caracteriza diferentemente das demais modalidades avaliativas, por não se dirigir aos sujeitos individualmente (crianças, professores, demais profissionais). Se dirige à realidade particular e aos sujeitos institucionais pertencentes àquele contexto educativo, levando em consideração os níveis organizativos da sala de referência (planejamento, organização espacial e temporal, rotinas, oferta de elementos, brinquedos, etc.), da instituição em um todo (regimentos, Projeto Político-Pedagógico, relatórios, memoriais, etc.), à legislação municipal, estadual e nacional. (BONDIOLI; FERRARI, 2004, apud CASTRO; FILHO, 2018, p. 2).

Entendemos que, para que seja realizado o processo de avaliação na educação infantil, antes é necessário considerar as condições dadas ao profissional que irá realizar esta avaliação, e também ao aluno que realizará as atividades e irá desenvolver-se em um ambiente dotado de regimentos, regulações e, muitas vezes, de certas filosofias de funcionamento.

A avaliação na educação infantil deve ser expandida, não pautada em sentido de promoção ou qualquer ideia deste tipo, mas em observações sobre o cotidiano da criança que possibilitem ao professor traçar uma relação entre a aprendizagem de seu aluno e o seu planejamento pedagógico. Por isso, Bakhtin (2003) enfatiza que esse processo é dialógico e responsivo.

[...] Uma tentação muito grande que tem sido observada nas escolas é o desejo de antecipar a escolarização das primeiras séries do ensino fundamental para a educação infantil. O tempo da educação infantil é específico e diferente do tempo do ensino fundamental – não só biologicamente, mas também do ponto de vista psicológico, educacional e social. Do ponto de vista da avaliação, além dos objetivos desta serem diferentes, há o fato de que a avaliação não pode estar baseada em processos escritos, nos quais os alunos dão suas respostas, como normalmente ocorre em outros níveis avaliados. Isso só reforçaria a antecipação da escolarização. Nesse nível de ensino, a avaliação do aluno depende muito mais da avaliação que o professor faz dele. A questão é que esse processo não pode estar baseado apenas em um olhar informal do professor, porque precisa ser planejado em função dos objetivos de desenvolvimento esperados para a criança nesse nível. (FREITAS, 2006, p. 16-17).

De acordo com a citação acima, de Freitas (2006), é inadmissível realizar a avaliação na educação infantil com o intuito de obter dados para uma antecipação de escolarização, pois o professor deve priorizar a observação da evolução dessa criança, tomando ela mesma como parâmetro de desenvolvimento.

Apesar de haver ambiguidade referente à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e muitas discussões de pesquisadores na área acerca de tal documento, levamos em consideração que ela ainda se encontra em vigor no Brasil, por isso citaremos aqui qual a sua orientação referente à avaliação nesta etapa da educação básica. Segundo a BNCC, da educação infantil avalia-se “o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada criança a partir das propostas realizadas, tendo como parâmetro a própria criança. Não cabem comparações”. (2017, p. 54).

Segundo a BNCC, é preciso garantir para esse aluno os direitos de aprendizagem, que são: conviver; brincar; participar; explorar; expressar e conhecer-se. Dessa forma, verifica-se que a avaliação deve estar em consonância com o que é proposto pela instituição em que esta criança se encontra, bem como o planejamento pedagógico que foi ofertado a ela.

Esta breve discussão, antecedente à apresentação dos dados, é necessária para que possamos entender que, para abordarmos este tema, é necessário levar em consideração vários fatores, como contextos e o que e como se avaliar nessa primeira etapa da educação básica. Tendo em vista que nos encontramos em um período atípico, nos propomos refletir sobre o referido tema.

Partindo destas premissas, o objetivo desta pesquisa foi verificar o processo de coleta de informações que os profissionais docentes têm adotado e que servem de base para a avaliação de seus alunos de Educação Infantil da rede municipal em Cáceres-MT, mais precisamente na fase pré-escolar, neste período de oferta de ensino remoto pela rede municipal de ensino desta cidade.

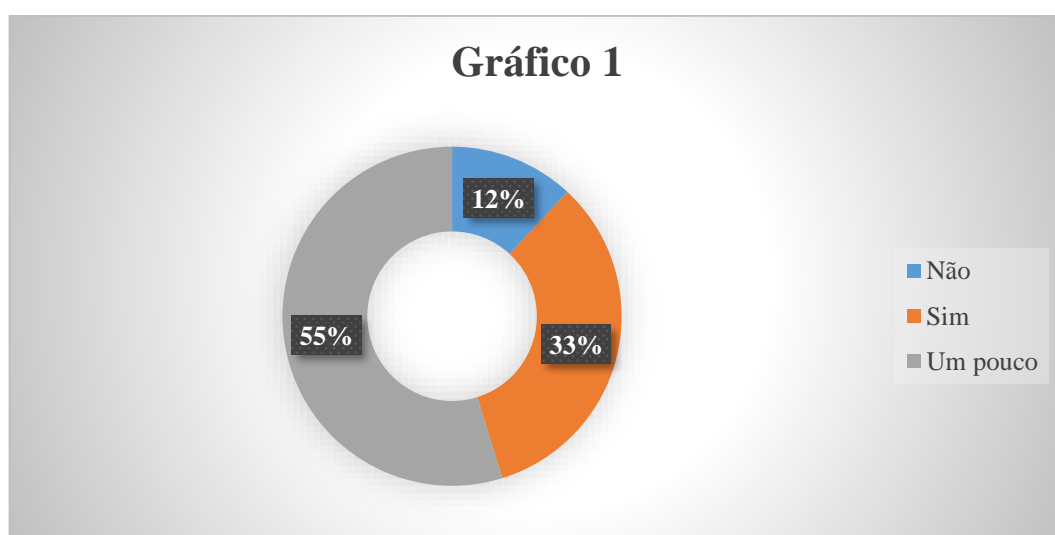
2. METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, foram enviados questionários, de forma online, para os professores da Educação Infantil da rede municipal de Cáceres-MT, mais precisamente os que atuam com a fase pré-escolar. Para o envio dos questionários, utilizou-se o *Google Forms*, composto por cinco questões ligadas à avaliação dos seus alunos no período de aulas remotas.

Recebemos um total de quarenta e quatro devolutivas de questionários de profissionais docentes, apesar de termos enviados para toda a rede municipal. Concomitante, enviamos um outro questionário para pais de alunos desta mesma fase escolar, composto por três perguntas, entre elas uma que utilizaremos aqui: “Você, pai ou responsável, possui dificuldades em auxiliar o seu filho(a) com as atividades remotas? Caso positivo, quais são essas dificuldades?” Porém, houve poucas devolutivas, com um total de dezessete respondentes. Atribuímos este pouco número a várias circunstâncias, uma delas podendo ser a dificuldade de acesso à internet.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

1- Você possui dificuldades em avaliar seus alunos via aula remota?



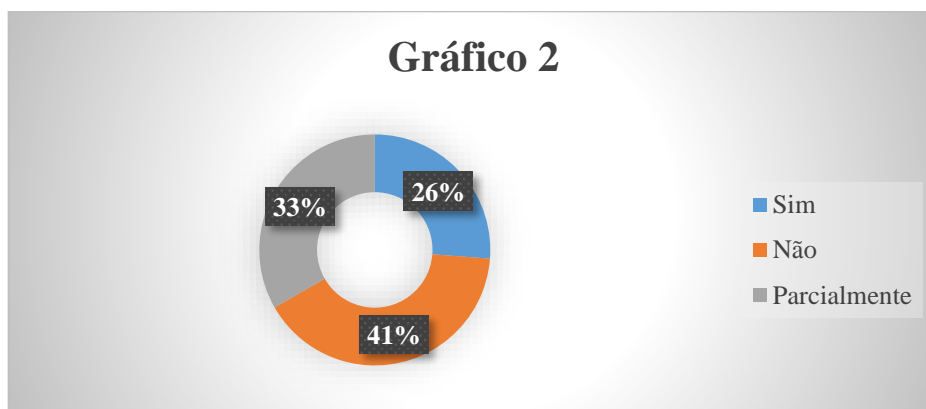
Questionário enviado aos professores(as). Fonte: as autoras.

Observa-se pelo gráfico que 55% dos respondentes disseram possuir um pouco de dificuldade ao avaliar o seu aluno via aulas remotas, seguido de 33% que responderam sim e 12% disseram não possuir dificuldades.

Observando, pela maioria das respostas, que se acumula 88% de dificuldades entre poucas e muitas, podemos perceber que estas são perfeitamente entendidas, visto que, como foi citado no início do nosso trabalho, a avaliação depende de contextos, e agora observamos que estes contextos de avaliação foram modificados, a (o) professora (o) avalia seu aluno “de casa para casa”, ou seja, cada um em seu lar, de forma remota, numa relação de ensino aprendizagem que até o momento era desconhecida por muitos. Há também o fato de que o planejamento

pedagógico pensado para a criança de educação infantil neste período foi outro, agora não mais de forma presencial, e as implicações dessas complicações poderão ser observadas ao longo da nossa discussão.

2- A gestão municipal tem dado alguma orientação quanto à avaliação dos alunos, mesmo sendo crianças da Educação Infantil?



Questionário enviado aos professores(as). Fonte: as autoras.

Há registros do ensino remoto nas escolas públicas da rede municipal de Cáceres desde o mês de julho de 2020, porém este início oscilou bastante de uma escola para outra. Em nossas pesquisas deste período, até o mês de janeiro de 2021, encontramos alguns documentos, como o documento oficial que constituiu o “Comitê estratégico das ações educacionais na rede municipal de ensino devido a pandemia da COVID-19”, instituído pela Portaria nº 008 de 18 de maio de 2020. Duas Resoluções normativas, a 005/2020 e a 006/2020, ambas publicadas em 01 de julho de 2020 e 21 de agosto de 2020, respectivamente, emitidas pelo Conselho Municipal de Educação de Cáceres-MT, que traz orientações em seu escopo de como proceder com o ensino remoto no âmbito municipal enquanto perdurar a situação de pandemia pelo COVID19.

Sabe-se que, para que haja uma avaliação condizente na educação infantil, são necessários vários cuidados, assim como já mencionado anteriormente em tópico específico. Avaliar na educação infantil talvez seja ainda mais complexo que em outras etapas de ensino. Avaliar na educação infantil é:

A avaliação será sempre da criança em relação a si mesma e não comparativamente com as outras crianças. O olhar que busca captar o desenvolvimento, as expressões, a construção do pensamento e do conhecimento (etc.) deve identificar, também, seus potenciais, interesses, necessidades, pois, esses elementos serão cruciais para a professora planejar atividades ajustadas ao momento que a criança vive. A avaliação ocorre permanentemente e nunca como ato formal de teste, comprovação, atribuição de notas e atitudes que sinalizem punição. (BRASIL, 2011, p. 14).

Ao passo que verificamos o que é avaliar na educação infantil, a definição se contrapõe ao que é possível nos dias atuais, vez que, como citado anteriormente, é necessária uma observação, um acompanhamento do aluno, com o intuito de observar a evolução desse aluno em suas fases, garantindo a ele os seis direitos de aprendizagem previstos em documentos como a BNCC. Diante de todo o exposto é que se tem indagado: neste período, como construir essa avaliação de forma remota? Tal procedimento é possível? Quais ferramentas estão à disposição do profissional docente para proceder com essa avaliação? É o que veremos nas respostas a seguir.

3- Quais critérios você utiliza para avaliar a participação e o desenvolvimento das crianças de Educação Infantil via aulas remotas, até mesmo para construir a sua ficha descritiva?



Nuvem de palavras nº1: respostas dos profissionais docentes sobre critérios de avaliação. Fonte: as autoras.

Antes de adentrar na análise desta questão, ressalta-se que a avaliação das crianças do município de Cáceres ocorre por meio da ficha descritiva do aluno, em que os professores registram nesta ficha as evoluções de aprendizagem da criança. Essas observações estão acontecendo durante o período de aulas remotas ou híbridas, como alguns preferem nomear, pois somente uma porcentagem acontece de forma online, e outra parcela com a emissão de apostilas encaminhadas para casa do aluno, como veremos em seguida.

A Recomendação Orientativa: Art. 2º “às Instituições de Ensino, mesmo que paralisadas as atividades escolares presenciais, é recomendado o contato, via internet (site, portal, WhatsApp e outros meios que dispõem) para manter o vínculo entre o professor da turma e seus alunos [...]”. (Res.005/2020/CMEC). Também foi orientada a elaboração de materiais impressos, as apostilas elaboradas pelo professor.

Art. 4º § 2º A Mantenedora deverá garantir condições estruturais para que as instituições de ensino providenciem atividades complementares extraescolares impressas, para oferecer aos alunos que não possuem meios tecnológicos para acessá-las, de modo a garantir as mesmas condições de aprendizagem dos demais estudantes.

Art. 5º As instituições de ensino que não dispuserem de recursos da tecnologia de informação e comunicação poderão ofertar atividades complementares extraescolares impressas, na expectativa de interação entre professor/aluno/família e validação para cômputo de carga horária. (Res.005/2020/CMEC).

Quando questionados sobre quais critérios os professores vêm utilizando para realizar a ficha descritiva do aluno, observa-se a nuvem de palavras acima. As palavras que mais se repetiram são: devoluta de apostilas, interação no WhatsApp, conversa com os pais, devoluta de atividades por vídeos e áudios. Entendemos que estes mecanismos precisam ser reavaliados, vez que, como a resolução das apostilas está sendo realizada em casa, como saber se foi mesmo esse aluno quem realizou as atividades? Como avaliar a observação de algo que não possuímos condições de observar? Como realizar esse registro na ficha da criança? Todos os pais possuem condições de auxiliar seus filhos com as atividades escolares? Eles possuem formação para tal prática? E as atividades online, ou de registros por vídeos ou áudios? Todos possuem acesso aos meios midiáticos? É o que veremos na análise posterior

4- Seus alunos interagem com as aulas remotas?



Questionário enviado aos professores(as). Fonte: as autoras.

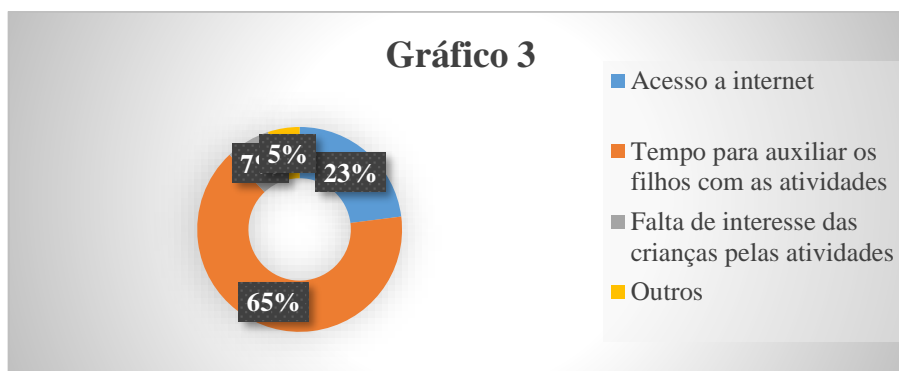
No cenário educacional, conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a “crise” causada pelo Covid-19 resultou no encerramento das aulas em escolas e em universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo (UNESCO, 2020), além disso, estudos demonstram que:

Mais da metade dos 1,5 bilhão de alunos que estão privados de frequentar as escolas devido à pandemia da Covid-19 não possui computador para acompanhar remotamente as aulas e 43% não têm acesso à internet, situação que ameaça aumentar a exclusão digital. (UNESCO, 2020).

Desta forma, sabendo que nem todas as famílias possuem condições de acesso à internet ou a equipamentos que possibilitem assistir às aulas online, ou aos vídeos enviados aos grupos de WhatsApp, como utilizar este critério como base para avaliar o aluno?

Sabemos que a educação se constitui em um direito fundamental a todos, previsto em vários documentos, como no artigo 6.º da Constituição Federal de 1988, ressaltando que a educação é um direito fundamental de natureza social, se complementando por vários outros artigos, como o 205, por exemplo. O que se pretende com esta breve explanação legislativa é enfatizar que, se a educação é um direito de todos, logo os que não possuem acesso a ela estão evidentemente prejudicados.

5- Qual a principal dificuldade dos pais percebida por você, professor?



Questionário enviado aos professores(as). Fonte: as autoras.

3.1. NA VISÃO DO PROFESSOR E DOS PAIS

Na visão dos professores, a principal dificuldade em executar as atividades encaminhadas para os alunos são: a falta de tempo (65%), seguida da dificuldade de acesso à internet (23%); 7% disse acreditar em falta de interesse dos alunos, e 5% por outros motivos não especificados.



Nuvem de palavras nº2: Respostas das dificuldades dos pais. Fonte: as autoras.

Nas respostas dos pais, os relatos que mais se repetiram foram sobre a não aceitação das crianças para gravar vídeos e áudios, seguido da falta de acesso à internet ou a recursos midiáticos. Outras questões surgiram, como falta de tempo e falta de interesse dos alunos em relação às atividades propostas, porém, estes últimos não foram os principais argumentos defendido por eles. Nesse passo, verifica-se uma divergência de argumentos de professores e pais sobre as possíveis causas das dificuldades de acompanhamento e devolutivas das atividades direcionadas para as crianças da pré-escola.

Poderíamos adotar várias explicativas para os dados resultantes desta pesquisa, tanto pela visão dos professores quanto pela visão dos pais, porém, levaremos como possível justificativa a questão do chamado capital cultural⁴. Sobre isso, Oliveira (2020) salienta que as famílias que possuem capital cultural mais afluentes, logicamente possuem estruturas de amparo maiores para seus filhos, incluindo o suporte educacional, mesmo se tratando de uma educação domiciliar neste período, e ressalta que o sinônimo de material cultural não se resume apenas em “bens materiais”, mas sim em uma gama de atributos e ativos sociais, o que talvez possa explicar a percepção observada pelos professores.

Ainda em Oliveira (2020), apoiado em Downey et al (2004), ao se referir à pesquisa norte americana denominada “efeito férias”, em que alguns alunos foram observados durante as férias de verão e suas consequências diante das aprendizagens ao retornar dessas férias, foi observado que os alunos advindos de famílias com capital cultural mais afluentes tiveram a aprendizagem potencializada nas férias, pois as famílias desses alunos podiam proporcionar

⁴ Em "Cultural Reproduction and Social Reproduction" (1977), Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron apresentaram o capital cultural para explicar conceitualmente as diferenças entre os níveis de desempenho e desempenho acadêmico das crianças dentro do sistema educacional da França nos anos 60. O capital cultural compreende os ativos sociais de uma pessoa (educação, intelecto, estilo de discurso, estilo de vestuário etc.) e inclui o conhecimento cultural acumulado que confere status social e poder.

maiores meios de aprendizagem para essas crianças, como exposição cultural, maior acervo de livros, recursos variados de entretenimento, peças teatrais etc.

No caso de alunos com capital cultural menos afluente, percebeu-se, em alguns casos, até mesmo uma regressão de aprendizagem, uma vez que essas famílias não possuíam condições de proporcionar a essas crianças situações que potencializassem a aprendizagem. Ao recordarmos dessa pesquisa citada por Oliveira (2020), e também discutida por ele em *lives* sobre educação em tempos de pandemia, podemos traçar um ligeiro paralelo sobre a questão discutida aqui, pois, se em período de férias pode haver esta regressão, dependendo da família deste aluno, o que se dizer do ensino remoto que, nos dias atuais, já soma mais de dez meses? Infelizmente chegamos a uma resposta bastante desanimadora.

Já no que se refere às respostas dos pais dos alunos citando a recusa das crianças em gravar vídeos e áudios como retorno de atividades para os professores, observamos como perfeitamente comum e aceitável, pois nem os alunos e muito menos a maioria dos profissionais estavam preparados para este tipo de atividade.

Alguns pais também mencionaram o acesso à internet, o que só reforça a questão já discutida neste trabalho sobre o acesso restrito às ferramentas digitais ou midiáticas, que acaba por trazer à tona o que já se observava em tempos comuns, que é a desigualdade de acesso à educação por muitos, principalmente pelas camadas mais humildes da sociedade, porém esta situação se evidenciou ou se potencializou ainda mais neste período pandêmico, chamando atenção para ações que deverão ser pensadas pela comunidade escolar e pelas autoridades competentes, a fim de amenizar o problema em questão.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por todo o exposto neste trabalho, considera-se que os professores vêm encontrando dificuldades em avaliar o aluno da educação infantil, por consequência do período pandêmico e conseqüentemente pelas ferramentas restritas que lhes são possíveis de serem utilizadas. Verificou-se a fragilidade da captura de informações quanto à aprendizagem do aluno, vez que não é possível acompanhar as devolutivas em sua integralidade, tanto via remota (vídeos e áudios), quanto pelas vias impressas (apostilas).

Percebe-se que os meios de registros sobre a evolução da aprendizagem dos alunos continuaram por meio da ficha descritiva, porém, os meios pelos quais os professores têm possibilidade de observar as informações destes alunos modificou-se, tornando esse processo de avaliação na educação infantil, no mínimo, desconexo e pouco confiável.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. 4ª ed. Paulo Bezerra, Introd. e trad. do russo; Tzvetan Todorov, Pref. à edição francesa. São Paulo: Martins Fonte, 2003.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, MEC. 2017. Disponível em: <https://www.fmcsv.org.br/ptBR/biblioteca/bncceducacaoinfantil/?s=bncc&gclid=CjwKCAiAgJWABhArEiwAmNVTB28d8_cKYBCpxRauodNXWsc9-C1BAR8UTwh6mTe4TZLiFzwwA1BtmxoCMqQQAuD_BwE>. Acesso em: jan. 2021.

_____. **Contribuições para a política nacional: avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto**. MEC/SEB/COEDI, 2015. Brasília, D.F, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2009.

CÁCERES. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 006/CMEC/MT de 21 de agosto de 2020, que dispõe sobre: **Normas a serem adotadas pelas Instituições de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de Cáceres-MT**, enquanto perdurar as orientações públicas e sanitárias sobre a situação de pandemia pelo COVID-19. Cáceres, 2020.

_____. RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 005/CMEC/MT de 01 de julho de 2020, que dispõe sobre: **Normas a serem adotadas pelas Instituições de Ensino do Sistema Municipal de Ensino de Cáceres-MT**, enquanto perdurar as orientações públicas e sanitárias sobre a situação de pandemia pelo COVID-19. Cáceres, 2020.

_____. PORTARIA INTERNA 008 de 18 de maio de 2020, dispõe sobre: **comitê estratégico das ações educacionais na rede municipal de ensino devido a pandemia da COVID-19**. Cáceres, MT. 2020.

FILHO, Altino José Martins. CASTRO, Joselma Salazar de. Avaliação na e da Educação Infantil. Avaliação de Contexto. DOSSIÊ: **Desafios para a avaliação de contexto na educação infantil: Itália e Brasil**. Pro-Posições versão On-line ISSN 1980-6248vol.29 no.2 Campinas maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072018000200011&lng=pt&tlng=pt>. Acesso em: jan. 2021.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Entrevista**. *Revista Pátio Educação Infantil*. Porto Alegre, v. 4, n. 10, p.15-17, mar./jun., 2006.